

A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA EM TORNO DO FRACASSO ESCOLAR: O CAPITAL COMO MANIPULADOR DAS NECESSIDADES HUMANAS¹

Danielle de Almeida Galante Ferreira²

Resumo

Diante do aumento do número de estudantes diagnosticados com alguma dificuldade de escolarização ou patologia supostamente verificada clinicamente, questiona-se o modo como esses diagnósticos são desenvolvidos e como é construída a ideologia em torno do fracasso escolar. A pesquisa buscou um entendimento do capital como manipulador das necessidades humanas, identificando a produção da sinestesia do consumo ligada ao fetichismo da mercadoria. A interdisciplinaridade possibilita a formulação de um saber crítico-reflexivo a ser valorizado no processo de ensino e aprendizagem. Por meio da pesquisa bibliográfica, almeja-se identificar teorias que auxiliem a compreensão das pseudonecessidades criadas pela comunicação de massa para veicular certo modo de vida ao difundir a ideologia dominante.

Palavras-chave: Medicalização na educação. Fracasso escolar. Ideologia. Fetichismo da mercadoria. Comunicação de massa.

THE IDEOLOGICAL PRODUCTION AROUND THE SCHOOL FAILURE: THE CAPITAL AS A MANIPULATOR OF HUMAN NEEDS

Abstract

Faced with the increased number of students diagnosed with some schooling difficulty or pathology supposedly clinically verified, the question is how these diagnoses are developed and how ideology is constructed around school failure. The research sought an understanding of capital as a manipulator of human needs, identifying the production of synesthesia of consumption linked to the fetishism of the merchandise. Interdisciplinarity enables the formulation of a critical-reflective knowledge to be valued in the teaching and learning process. Bibliographical research aims to identify theories to understand the pseudonecessities created by mass communication in order

¹ A temática discutida neste artigo integra parte dos capítulos que compõem a Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Psicopedagogia, Pós-graduação *Lato Sensu*, no Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aprovada em 2015.

² Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pós-Graduada em Psicopedagogia pela mesma universidade e Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de pesquisa: Educação. Endereço eletrônico: danielledeagferreira@yahoo.com.br. Telefone para contato: (21) 982331193.

to convey a certain way of life through the diffusion of the dominant ideology.

Key-words: Medicalization in educational area. School failure. Ideology. Commodity fetishism. Mass communication.

Introdução

O presente trabalho aproxima os estudos da Educação, da Psicopedagogia, da Sociologia da Educação, da Psicologia da Educação e da Psicanálise, almejando construir uma reflexão filosófica, ou seja, abrangente, radical e de conjunto, acerca das idiosincrasias manifestadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Para auxiliar a despatologização do quadro de um suposto fracasso escolar na sociedade contemporânea, questiona-se em que medida o pensamento crítico, aliando teoria e prática, pode caminhar na contramão da medicalização e propor outras alternativas no atendimento às queixas oriundas do seio familiar ou escolar no que tange às dificuldades de escolarização.

As dificuldades de escolarização atualmente recebem o rótulo de doenças, tais como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Dispraxia, Discalculia e Disgrafia, sendo medicada em função da urgência e da ansiedade da família por laudos médicos precoces que apontem alguma doença ou por exames que comprovem alguma debilidade na estrutura psíquica ou física. Essas demandas produzem um frágil, hegemônico e alienado [discurso ideológico em torno do fracasso escolar na sociedade de consumo](#).

Tal cenário, frequentemente visto com “naturalidade” tem inquietado os educadores e precisa ser mais bem investigado. Para entender melhor esse contexto, torna-se indispensável um entendimento do capital como manipulador das necessidades humanas. Em virtude do exposto, o objeto de estudo é a ideologia veiculada pela medicalização dos fenômenos educacionais, em especial o fracasso escolar, tendo em vista a necessidade de a Educação responder à produção ideológica em torno do fracasso escolar e da medicalização das causas das dificuldades de escolarização.

Diante dessa lacuna do conhecimento, abre-se um momento oportuno para pensar outros processos formativos que auxiliem a construir uma intervenção qualitativa nas queixas escolares. Assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar a ideologia produzida para justificar o fracasso escolar e as causas das dificuldades de escolarização, intervindo criticamente na realidade do aprendiz.

Os objetivos específicos são indagar a relação entre o fracasso escolar, as dificuldades de escolarização e a ideologia criada para sustentar a lógica da medicalização nas queixas escolares de pacientes em idade escolar; verificar as formas pelas quais o capital atua como manipulador das necessidades humanas; identificar propostas a serem utilizadas na prática educacional como alternativas à medicalização das dificuldades de aprendizagem e de que forma o educador pode se apropriar de tais elementos, aprimorar e ampliar a atuação profissional qualitativamente.

As questões secundárias giram em torno da maneira encontrada pelo capital para influenciar e controlar as necessidades humanas; de que modo a comunicação de massa gera o fetichismo da mercadoria e propaga determinada ideologia; qual é a relação destes com o princípio de realidade e o princípio do prazer em meio a tais pseudonecessidades.

Para tanto, foi escolhido o paradigma da Teoria Crítica, observando a resistência, a valorização e as relações históricas e sociais dos sujeitos com o contexto maior em que se inserem. As contradições e os desdobramentos presentes na atualidade interferem nas atitudes tomadas pelo homem para viver em comunidade, visto que ele é massivamente influenciado por Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado (ALTHUSSER, 1983). Além disso, vale ressaltar os mecanismos de controle que a camada dominante da população constrói e renova para se manter no poder, materializando uma realidade de opressão e exploração, sendo imperativo transformá-la.

1 – A produção ideológica em torno do fracasso escolar e das causas das dificuldades de escolarização

Inicialmente, a contextualização é relevante para uma reflexão efetiva sobre os dilemas que obstaculizam a relação entre sujeito, escola e sociedade. Ela permite

entender por que persistem os velhos resquícios tradicionais em meio a uma esfera neoliberal que produz o fracasso no âmbito escolar, profissional e relacional. Essa discussão precisa ser fortalecida na Educação Brasileira e melhor desenvolvida no campo da Educação.

Quando o fracasso escolar emerge como queixa, ele alerta que o sujeito precisa de cuidados. Frente a isso, torna-se interessante rever o cenário em que a ideia de fracasso surgiu, elucidar como foi pensado e as implicações envolvidas nesta nomeação, bem como consideraras ideologias que sustentam o fracasso escolar e os efeitos deste nos sujeitos que recebem um saber legitimado por determinada elite do conhecimento. Também se deve questionar *por que* e *por quem* este saber é escolhido, desdobrando as teorizações que criticam o pensamento, a estrutura social e educacional tradicionais.

Consequentemente, o currículo e as atividades criados e veiculados no ambiente escolar, os objetivos, o tipo de conhecimento transmitido e de sujeitos formados indicam a maneira como um projeto de sociedade é materializado dentro das instituições escolares, cuja abrangência atinge a maioria da população. Isso porque a escola é um Aparelho Ideológico do Estado por excelência, pois recebe e atende a criança desde tenra idade (ALTHUSSER, 1983).

A partir disso, a relação entre currículo e poder expande a discussão do fracasso escolar ao apontar que o discurso ideológico fornece os elementos essenciais para entender as causas das dificuldades de escolarização – especialmente nas classes populares – e as versões psicologizantes criadas na tentativa de justificar um fracasso escolar produzido pela sociedade capitalista.

Esse assunto foi aprofundado por Patto (2010:124), ao demonstrar uma série de categorias dicotômicas inventada para formar um perfil psicológico do suposto fracasso, dentre as quais estão “maduro-imaturo, apto-inapto, produtivo-improdutivo, superior-inferior, adaptado-desadaptado, civilizado primitivo, normal-anormal, com tendência inequívoca para o pólo negativo”.

Nesse contexto, a normalidade foi conceituada como um “ser maduro, apto, produtivo, superior, adaptado, civilizado” (PATTO, 2010:124), descrevendo diversas divisões que funcionam como um rótulo aplicado diante do comportamento humano sem que os profissionais que lidam com esses sujeitos “se perguntem pelos

significados desses termos ou tenham ciência de que essa concepção de normalidade é ideológica” (PATTO, 2010:124). Alguns psicólogos tampouco questionam as diferentes causas das dificuldades de escolarização e não observam com cuidado as queixas que levariam o paciente ao consultório, seja no campo da Psicologia, seja no da Psiquiatria e da Psicopedagogia, dentre outros.

O olhar que os constitui é um olhar diagnóstico: as dificuldades vividas na escola são tidas como sintomas de uma doença individual que é preciso identificar. Tomados como objetos mensuráveis, os examinados são situados em escalas normativas, motivo pelo qual uma de suas características pessoais pode ser “não entra na tabela” (!). Para não falar da má redação, do desconhecimento das regras da gramática e de pontuação e do uso vago ou leigo de conceitos. Por exemplo, as concepções das dinâmicas subjetiva e familiar não passam de caricaturas de conceitos psicanalíticos.

Os psicólogos que os emitiram sentem-se autorizados a dizer qualquer coisa que lhes venha à cabeça. No limite do despreparo e da irresponsabilidade, usam expressões absurdas como “dissimulação do caráter”, “personalidade primitiva”, “instinto”, “dificuldade de criação de símbolos gráficos desconhecidos”, “instabilidade emocional para as relações” e assim por diante. Prováveis efeitos de uma história escolar traumática são tomados como causas dessa história, numa inversão típica da ideologia. A sociedade de classes, desigual e injusta, aparece como um abstrato “meio”, termo feito de lacunas que são a marca do discurso ideológico. Os encaminhamentos, por seu turno, segregam no espaço escolar ou alimentam consultórios de psicologia (PATTO, 2010:124-125).

Tal normalidade ideológica faz os estudantes, principalmente os da escola pública, aparecerem como “portadores de inúmeros distúrbios psíquicos e defeitos morais” (PATTO, 2010:125), que necessitam de uma “psicoterapia mais simples” para esse quadro (FRELLER, 1993:24). Logo, torna-se imperativo resgatar, brevemente, o cenário onde tais ideias surgiram e analisá-las historicamente, a fim de elucidar a origem desses termos, em qual contexto e com qual finalidade foram pensados.

A Psicologia Científica surgiu justamente com conceitos ligados ao chamado “mais apto”, ou seja, aquele que se mostra adaptável a uma “realidade social indiscutível”, pronto a aceitar as regras do jogo social, trabalhar com afinco, ser competente e obediente, exercendo uma “normalidade ideal” (PATTO, 2010:128). A influência do Darwinismo Social (OLIVEIRA, 2007) também pode ser observada na

Psicofísica e na Psicométrica³, as quais buscaram instrumentos capazes de mensurar o sujeito conforme as “aptidões naturais”. Posteriormente, em 1937, a Psicologia Diferencial de Anne Anastasi marcou uma ciência que objetivou realizar tais medições e, conseqüentemente, hierarquizá-las através desse conceito ideológico de normalidade.

Frequentemente, o diagnóstico foi utilizado como uma forma de controle para “prevenir desvios”, “justificar medidas drásticas de imobilização dos ‘incorrigíveis’” e até pôr os indivíduos em seu “devido lugar” na estrutura social “com justiça e fundamento objetivo preciso”, o que ficou evidente no lema que guiou a educação – “o homem certo no lugar certo” (PATTO, 2010:128).

Para tanto, o projeto iluminista foi modificado com o objetivo maior de “conhecer a natureza”, “melhor controlá-la” e, especificamente, medir, diagnosticar, catalogar e rotular a fim de identificar e controlar quem fugisse à dita “normalidade psíquica” (PATTO, 2010:128), classificando-os como merecedores ou não dos direitos sociais, civis e políticos.

No século XX, a noção de escola era a de uma “instituição higiênica a serviço do projeto político de constituição de sociedades ordeiras e progressistas” (PATTO, 2010:129), haja vista o uso de termos eugênicos e higiênicos, como prevenção, profilaxia, higiene física e mental, por parte dos cientistas a fiscalizarem as crianças empobrecidas oriundas das cidades maiores. Nas instituições escolares também se iniciou uma “psicologia evolutiva normalizadora e mensuradora” (PATTO, 2010:129), propagou-se uma educação integral para cuidar da parte intelectual, física e moral, sobretudo através da educação moral e cívica, da chegada dos médicos-escolares e das ideias de higiene escolar e de higiene mental escolar.

Sob tal influência, Domingues (1929:151-152) argumentou que ser pobre significava ter piores genótipos do que os “ricos e intelectuais vitoriosos na adaptação social”. Por procriarem mais, os pobres aumentariam a quantidade de “inaptos à vida em sociedade”, situação de ameaça a ser erradicada através da efetivação da educação intelectual, moral e cívica com um notório poder de esclarecer as

³ Na Psicologia, a Psicométrica se apropriou das Ciências Exatas, especialmente da Matemática Aplicada e da Estatística, para utilizar técnicas que mensurassem determinados comportamentos a fim de aferir a inteligência, comprovando-os experimentalmente por meio de testes psicológicos baseados em critérios rígidos de validade, fidedignidade e padronização (DEPRESBITERIS, 2009).

“esterilizações voluntárias”, “educar para a higiene”, “maximizar boas tendências” e corrigir as más.

Amparados nisso, segundo PATTO (2010), os médicos psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental concordaram com o projeto conservador e levaram a Psicologia às instituições brasileiras buscando e fornecendo bases psicológicas para explicar os fenômenos sociais.

A análise documental da época ressaltou a situação de “caos urbano” (PATTO, 2010:130), segundo a qual, pobreza, sujeira, doença, degradado e degradação eram sinônimas e significavam imoralidade, instalando um deslizamento semântico infinito no qual as famílias das classes populares foram classificadas como “incapazes”, “indignas”, “abomináveis” e “debochadas”, segundo Moraes (1916).

Antes, os termos emprestados da demonologia definiam a natureza da insubordinação popular. Depois, eles foram substituídos por palavras infamantes de natureza biológica e moral, atuando como um recurso domesticador poderoso ao contribuir com a formação da identidade negativa dos destratados.

A defesa da vida coletiva era a palavra de ordem emanada de uma crença, segundo a qual “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos” (PATTO, 2010:131). Desqualificavam-se as famílias das classes populares consideradas, desde o começo do século, como “desorganizadas” e nefastas ao se afastarem do ideal de família nuclear burguesa (PATTO, 2010:131).

Assim, a dualidade escolar – de um lado, as escolas para os ricos, e de outro, as voltadas para os pobres – era formada em cooperação com um projeto de sociedade cujo objetivo visava o progresso nacional, que pairava no pensamento educacional republicano brasileiro em prol da regeneração do povo. Em consonância a este projeto, os educadores aplicaram a tese da desigualdade das raças e classes sociais, implementando o ideário protofascista dominante para regenerar um povo “primitivo” (PATTO, 2010:133) na ótica de educadores, médicos e psicólogos.

Por isso, quanto mais sujeitos estivessem na escola, mais eficaz seria o projeto. Tal desejo foi expresso através do lema educacional “escolas cheias, cadeias vazias”, de acordo com Patto (2010:133-134), enraizando, sutilmente, as teorias raciais no discurso pedagógico brasileiro e criando medidas de erradicação do analfabetismo para os repetentes não ocuparem as vagas dos ingressantes. Afinal, segundo a tese da

inferioridade dos não brancos, a educação popular é uma “educação do caráter” (GEENEN, 1929:110). Para Lourenço Filho:

A Psicologia era a ciência que podia dizer sobre a natureza de cada criança, realizando “antes da matrícula - um exame mental dos alunos, tendo em vista eliminar a dificuldade maior do ensino escolar: a heterogeneidade das classes, em função da diversidade dos tipos mentais, a diversidade do adiantamento, a diversidade do meio social extraescola”. A Psicologia era, em suma, ciência que podia colaborar com um dos princípios da Pedagogia Científica enamorada do taylorismo: “a separação dos educandos pelas aptidões naturais”. A contribuição mais valorizada da ciência psicológica ao projeto de regeneração do povo e da nação brasileira eram os *tests* (PATTO, 2010:134).

Patto (2010) se refere a instrumentos e técnicas utilizados para avaliar a aprendizagem no século XIX. Mais especificamente, ela faz menção aos Testes de Quociente Intelectual (QI), propostos por Francis Galton, James Mackenn Cattell⁴ e Alfred Binet⁵ (DEPRESBITERIS, 2009); à racionalidade curricular de Ralph Tyler preocupada com a eficiência e a objetividade dos testes por meio dos critérios de fidedignidade e validade na década de 1950 (LOPES, 2011). Além do Darwinismo Social ou Cientificismo (OLIVEIRA, 2007) e de uma Pedagogia do Exame marcada pelos mecanismos de controle, formação da personalidade dos alunos, seletividade escolar, uso do medo e da nota fetichizada para dominar a prática escolar. No entanto, essas ferramentas não expressaram uma aprendizagem efetiva, pois, conforme Luckesi (2011), elas apenas produziam indivíduos submissos ao controle social.

Tendo revisitado tais fatos, a busca pelos determinantes históricos expande as questões em torno da produção do fracasso escolar e da psicopatologia do aprendiz. Isso evidencia que a suposta explicação das dificuldades escolares por meio da “genética de raças e classes sociais, de problemas emocionais, de distúrbios neurológicos e psicomotores, de desnutrição, de carência cultural, de deficiência mental leve ou de atraso no desenvolvimento cognitivo” (PATTO, 2010:135-136)

⁴ James Mackenn Cattell foi o primeiro a empregar a palavra teste para designar provas de medida das capacidades mentais (DEPRESBITERIS, 2009).

⁵ De acordo com Depresbiteris (2009), Binet e Simon propuseram o estudo das funções superiores, como memória, imaginação, atenção e compreensão, mediante provas variadas, inspiradas em problemas do cotidiano em 1905.

conserva os resquícios da Biologia na Psicologia e favorece a manutenção do *status quo* dominante.

Haja vista que os psicólogos atualmente mantêm os indicadores das concepções organicistas de homem e de sociedade. Ao optarem pela mensuração, eles segmentam a *psique*, ignorando a escola como uma instituição sociopolítica, omitindo a injustiça em uma sociedade desigual, na qual a igualdade de oportunidades não implica necessariamente na igualdade de condições para competir com equidade no mercado. Apesar de a igualdade de oportunidades ter produzido de fato um acesso maior à educação, Sánches (2001) destaca que ela não igualou as rendas na sociedade meritocrática. Logo, não há mobilidade social nem mudança na estrutura geral do sistema capitalista.

2 – A sinestesia do consumo: um entendimento psicanalítico do capital como manipulador das necessidades humanas

A sociedade de consumo exerce um fascínio no imaginário social diante da mercadoria produzida pelo sistema capitalista. Para tanto, ela cria o rótulo social do fracasso escolar a fim de justificar um contexto de desigualdade socioeconômico mais profundo e uma série de explorações acirradas pelo capitalismo, sem que a população questione a atribuição desse rótulo ou indague seus efeitos nas práticas escolares.

Por conseguinte, a suposta culpa por um fracasso social na situação específica da escola recai sobre o indivíduo que, mesmo escolarizado, não consegue uma vaga no mercado de trabalho, por não se qualificar o suficiente. Isso exemplifica a desculpabilização do sistema excludente, que não oportuniza uma educação de qualidade tampouco a consequente possibilidade de mobilidade e ascensão social, desresponsabilizando o Estado perante serviços básicos, como saúde, educação, moradia e transporte.

Para Luckesi (2013), é um equívoco pensar que a educação sozinha transformará a sociedade, sendo insustentável uma visão tradicional, acrítica, redentora e salvacionista de escola. No entanto, não há transformação que não passe

pela educação de um povo, pois “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000:67). Essa perspectiva acentua o papel social e político da educação, a qual não se restringe à sala de aula, pois se expande em uma dimensão ético-política a cooperar com a dissolução de diversos impasses sociais.

Perante a crescente demanda da família e da escola por diagnósticos, e a necessidade de rotular, categorizar e classificar os fenômenos sociais, o campo da Educação é alterado como mercadoria para que as causas das dificuldades de escolarização sejam “curadas” ou “sanadas”, como se fossem doenças sociais tratadas por meio de panaceias – medicamentos – e fórmulas mágicas que curariam todos os males da sociedade.

Porém, deve-se realizar o movimento contrário e buscar um entendimento acerca do uso da medicalização precoce na escola, sendo indispensável o aprofundamento de conceitos como fetichismo da mercadoria, comunicação e cultura de massa, princípio de realidade e princípio do prazer, abordados principalmente pelos campos da Psicanálise, da Psicologia da Educação e da Sociologia da Educação.

O apelo midiático não é somente visual e tátil. Ele também captura a audição, o paladar e o olfato. Ou seja, o chamamento das propagandas intensificou-se como sinestésico⁶, misturando os planos sensoriais, estimulando os fenômenos neurais e, por conseguinte, alterando a condição neurológica do destinatário da mensagem ao condicionar o comportamento, incitar o desejo de ter determinado produto e reforçar uma resposta positiva a esse estímulo, estabelecendo uma relação de posse.

A articulação entre estímulo e resposta foi amplamente estudada pelos Behavioristas – como Ivan Petrovich Pavlov, John Broadus Watson e Burrus Frederick Skinner (LEFRANÇOIS, 2009) – como possibilidade de provocar uma mudança no comportamento, o que, analogamente, é realizado pela comunicação de massa com o público em geral, dentre os quais estão os futuros consumidores.

A partir disso, a cultura de massa constitui um canal de comunicação poderoso, multifacetado e manipulável de acordo com interesses variados. As

⁶ Ao utilizar essa figura de linguagem, recorre-se à percepção simultânea dos sentidos diante de sensações de natureza diferente. Trata-se de um fenômeno neurológico e psicológico que caracteriza a experiência sensorial associando-a a outro sentido, isto é, há um cruzamento de sensações em um só estímulo.

informações são veiculadas pelas mídias de grande porte, com uma rápida transmissão e absorção, cujo alcance atinge o escopo internacional por meio do rádio, do jornal, da televisão, da *Internet*, dentre outros. A cultura de massa visa incutir um ideário ilusório de possuir algo, isto é, ela cria uma incompletude a ser saciada na busca do novo que proporcione, ao mesmo tempo, prazer e satisfação das pseudonecessidades e dos pseudointeresses produzidos pela sociedade de consumo.

Dessa forma, as relações humanas são o público-alvo das diversas propagandas midiáticas veiculadas sob a forma de mercadoria. Nota-se uma dialética entre o sistema de produção cultural e as necessidades culturais do público, consumidores em potencial, cuja consequência se expressa na abstrata lei da oferta e da procura (MOURA, 2002). O discurso capitalista gera a superficialidade dos gostos, a ânsia insaciável de comprar e usar algo novo por um breve período de tempo, e trocar os modelos que foram ultrapassados por tecnologias mais recentes e inovadoras, como as digitais e a nanotecnologia.

Por vezes, os sintomas associados a tal modo de vida – aflição, angústia, ansiedade, expectativa, incerteza, agonia, ganância, perturbação, inquietação, inveja, orgulho, ambição desmedida, dentre outros sentimentos de insaciabilidade – atormentam a mente humana pouco perspicaz perante as armadilhas e as jogadas de *marketing* e de publicidade dos meios de comunicação.

Na contramão desse quadro de submissão, torna-se inadiável discutir a relação entre cultura e mídia; refletir de que forma essas metamorfoses socioeconômicas e culturais contribuem para o mal-estar contemporâneo, e como a comunicação de massa atua na produção dessas pseudonecessidades. Posteriormente, é necessário investigar os interesses e as formas utilizadas pelo capital para criar o fetichismo da mercadoria e controlar os gostos dos consumidores; verificar de que maneira o imaginário social é submetido à lógica do consumo; e como os princípios de realidade e de prazer permeiam esse estado.

Assim, tais elementos podem ser discutidos a partir da intencionalidade velada por trás da veiculação da informação – se a mídia forma, informa ou deforma a notícia – e da diversidade de anúncios. Além disso, devemos abordar a criação do desejo de aquisição de produtos supostamente indispensáveis ao modelo de vida atual

e a passividade diante dos comportamentos impostos, ou seja, a postura passiva dos indivíduos e o não questionamento da realidade absorvida pela cultura dominante.

A relevância desse debate pode ser justificada pela constante oferta de produtos novos no mercado consumidor e a resposta efêmera que os setores da economia buscam receber dos consumidores, mobilizando-os para a aquisição de mercadorias de forma (in)consciente e determinada pelo modo de produção da sociedade capitalista.

Nota-se que a indústria cultural está a serviço do processo de circulação do capital – o comércio –, cuja ideologia apela para o individualismo e para a “exploração comercial”, segundo Adorno (1994:94-95). A Psicanálise – com Sigmund Freud, no que tange ao caráter sensual da mercadoria – e o Marxismo – com a concepção filosófica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels acerca do Materialismo Histórico-dialético relacionado ao fetichismo da mercadoria – fornecem elementos para entender esse fenômeno social, bem como suas contradições e implicações, sem antagonizar tais correntes de pensamento.

Historicamente, é necessário traçar, brevemente, três sentidos adquiridos pelo conceito de ideologia, principalmente, através de Destut de Tracy, Karl Marx e Karl Mannheim. Ainda que não seja o objeto deste estudo, o conceito de ideologia se configura como parte essencial para apreender a dinâmica capitalista em torno da produção do fracasso escolar. Para Löwy (2009), tal conceito permite perceber a formação desse enquadramento e evitar ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos enigmáticos e polissêmicos conforme ocorre na história da ciência social moderna.

Etimologicamente, o termo ideologia foi inventado, em 1801, por Destut de Tracy para tratar a nova “ciência das ideias” (LÖWY, 2009). Mais tarde, Napoleão se refere à Destut de Tracy e aos neoenciclopedistas como “ideólogos”, metafísicos abstratos, fora da realidade (LÖWY, 2009).

No século XIX, Marx, na leitura de Löwy (2009:12), retoma ideologia como uma “falsa consciência, correspondendo a interesses de classe”, ao designar ideias especulativas e ilusórias determinadas socialmente e formadas pelos homens sobre a realidade por meio da religião, da moral, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas, dentre outros. Já no século XX, Lenin, assim como os

demais marxistas, designa ideologia como as concepções de mundo ligadas às classes sociais, incluindo o marxismo (LÖWY, 2009).

Löwy (2009:13) destaca que, em 1929, a expressão “ideologia total” obteve legitimação na sociologia universitária através de Mannheim, no sentido “leninista” do termo, sendo “definida como a estrutura categorizada, a perspectiva global, o estilo de pensamento ligado a uma posição social” e, mais restritamente, como “sistemas de representação” orientados para a estabilização e reprodução da ordem vigente, opondo-se à utopia – representações, aspirações, imagens de desejo para a ruptura da ordem estabelecida, exercendo função subversiva. Mannheim reuniu a categoria comum de ideologia e utopia em formas da falsa consciência a transcenderem a realidade, opondo-se às representações adequadas e compatíveis com o ser social real (LÖWY, 2009).

Após visitar tal termo, este item dará se dividirá em dois momentos. Um para contextualizar o fetichismo da mercadoria e outro para relacionar os conceitos marxistas e as teorias freudianas, discutindo a relação do princípio da realidade e do princípio do prazer com a produção das pseudonecessidades pela comunicação de massa.

2.1 – Contextualizando o fetichismo da mercadoria

Inicialmente, se faz necessário entender o sentido de homem para o Marxismo, qual seja, um ser humano social que se relaciona e, ao mesmo tempo, transforma e é transformado pelo meio e pela natureza onde vive e constitui suas relações. De forma semelhante, procura-se compreender o fetichismo como um dos poucos termos relacionados à constituição da consciência.

Antes, o termo fetichismo (SAFATLE, 2010) descreveu tudo o que era exterior às sociedades modernas ou que impediu o desenvolvimento dos processos de maturação da vida sexual. Depois, passou a ser um conceito que, segundo Marx, descreve o interior do processo de determinação do valor na sociedade, baseando-se na produção material de bens (BOLOGNESI, 1996). Ao passo que, para Freud, seria o modo pelo qual a maturação sexual e a formação do eu admitem a regressão e a

dissociação subjetiva. Por meio desses teóricos, o fetichismo evidenciou a alienação, unificando a crítica do trabalho, do desejo e dos processos de socialização na sociedade capitalista.

Através da análise de homens regidos por um fetiche diante da escolha objetual, Freud (1996) afirmou que o fetiche raramente é sentido pelo homem como o sintoma de uma doença, como um sofrimento, apesar de ser reconhecido como uma anormalidade (SALGADO, 2011).

Por se originar na palavra *feitiço* e ser algo que exerce um poder “sobrenatural” sobre alguém, a Psicanálise freudiana ressalta que o fetiche atua como o substituto de um objeto de desejo, a exemplo do controle exercido por um produto sobre o comprador, descolando o valor de uso e a função a que se destina o objeto.

Logo, a compra de determinado produto ocorre não pela necessidade objetiva de vestir o corpo nu, mas pela possibilidade de satisfazer os desejos advindos do significado (representação pessoal) do produto – os desejos de atração, de identidade, de sensualidade, de ascensão social.

Assim, a propaganda vincula imagens atrativas voltadas para a estética, operando para que, inconscientemente, o sujeito entre em contato com os próprios instintos básicos – inclusive a sexualidade – diante de um padrão de beleza e sensualidade imposto pelo sistema. Esse padrão priorizado nas relações sociais gera a noção de pertencimento a certo grupo ou classe social quando alguém detém o objeto de desejo. Isto é, possuir algo implica em uma aceitação do possuidor perante os demais indivíduos com os quais ele deseja se agrupar e interagir. Porém, ao não possuir, o sistema gera a exclusão do indivíduo no meio social.

Todavia, é importante esclarecer que o produto puramente nada significa para o sujeito sem a publicidade por trás a incutir gostos, desejos, transmitir certa ideologia e necessidade de aquisição – o fetichismo da mercadoria. Para alcançar, por exemplo, uma carreira profissional de sucesso no mercado de trabalho ou uma reputação, especialmente nos relacionamentos amorosos, os *slogans* ostentam pessoas bem-sucedidas profissionalmente, pessoalmente e, principalmente, amorosamente ao optarem por usar determinado produto e/ou marca na ilusão de remediarem os males e as desordens da própria vida.

O apelo feito pela imagem, música e formato do produto foi elaborado através de técnicas específicas (HAUG, 1997) construídas à semelhança da sensualidade humana. Tal qual um elemento atrativo e sedutor a promover o bem-estar e o sucesso do indivíduo em diferentes meios sociais, elas integram a estética da mercadoria, incorporando nela os desejos agressivos e as fantasias sexuais do sujeito, sendo ocasionalmente reprimidos pela cultura ou pela censura, e outras vezes refletidos como possibilidade de satisfação através da mercadoria.

As mudanças nas relações de consumo podem ser entendidas ao se questionar a apropriação e o controle da subjetividade. Para tanto, considera-se que a apropriação, o controle e a produção da subjetividade pelas empresas do setor varejista configuram-se como aspectos relevantes à fixação de “diretrizes e estratégias de ampliação do consumo banal, bem como da capacidade competitiva em um mercado (...) segmentado e controlado por corporações globais” (COSTA, 2008:1).

Desse modo, a mercadoria é oferecida enquanto meio para tornar o sujeito “vendável”. Logo, os valores são subvertidos na medida em que a sedução do produto substitui o objeto de desejo (um fetiche) e reflete a probabilidade de suprir outros desejos ao apelar para os instintos vitais – como a sexualidade –, trocando uma necessidade básica – como beber água – por um desejo efêmero e imediatista, tal qual consumir um refrigerante.

Então, o valor de uso torna-se meramente opcional, enquanto o valor abstrato – prometido pela mercadoria, mas que ela não pode preencher – passa a ser vital na invenção de comportamentos padrões em grupos potenciais de consumo. Dessa forma, exerce-se o fetichismo da mercadoria, no sentido de um poder “sobrenatural” inventado pelo produtor a fim de que o produto exerça um tipo de domínio sobre o sujeito.

Por conseguinte, determinada ideologia social é naturalizada como um sistema de gratificações, no qual os membros não questionam os comportamentos impostos por terceiros. Ao suporem seguir os próprios prazeres e agir livremente, eles são induzidos a desejar algo, reafirmando que a personalidade não seria consequência somente da história individual, mas também do contexto social.

Tendo contextualizado o que se entrecruza no fetichismo da mercadoria, imprescindível se faz indagar as possibilidades de não ser “enfeitiçado” pelo produto e

o que se pode desempenhar a fim de não reproduzir as relações alienantes do capital. Destaca-se a importância de conhecer a forma como a sociedade de classes funciona, o modo de produção e a configuração econômica.

Nesse sentido, não se deve cair no equívoco de pensar que o homem não pode possuir os produtos criados pela sociedade. Ao invés disso, a concepção filosófica e política de Marx alerta para “qualquer poder de subjugar o trabalhador do que ele próprio produziu”, isto é, da “apropriação indevida” a partir da exploração dos que não detêm os meios de produção, superando as relações alienantes nas quais o homem está inserido através de ações que rompam com a manutenção do *status quo* dominante.

Perante as relações de dominação e exclusão que atingem a sociedade de classes, o ser humano precisa ser crítico e consciente a fim de transformar a realidade social contraditória e coercitiva, sem incorporar nem legitimar ações de exclusão, dominação e alienação deslocadas da natureza humana, cumprindo uma perversa e única função, a de se prostituir para vender uma aparência e se vender como tal.

2.2 – O princípio de realidade e o princípio de prazer em meio às pseudonecessidades produzidas pela comunicação de massa

Atualmente, o cenário geopolítico mundial é marcado por crises cíclicas do capitalismo, inclusive por crises de perspectivas, e pela lógica da transnacionalização do capital, na qual a sociedade do espetáculo é tida como um mundo de pseudonecessidades, em que a economia de consumo transformou o viver em uma representação caricata da forma mercadoria.

Trata-se de um mundo cujo valor de troca da mercadoria dirige o uso, visto que a mercadoria passou a ser o centro absoluto da vida social, preocupando-se mais com o ser do que com o ter ou com oparecer ter.

O fetichismo cultural é um valor atribuído aos objetos em um determinado contexto. Segundo os sociólogos, as relações socioeconômicas “criam uma cultura fetichista, pela qual a posse de certos objetos confere uma valorização pessoal e especial ao indivíduo” (SANTOS, 2007:2).

Sobre isso, Marx (FROMM, 1967:18-19) afirma que a maioria dos pensamentos “sobre nós e os outros é uma ilusão, é ‘ideologia’” porque os pensamentos individuais são formados de acordo com as ideias pertencentes a uma sociedade específica. Eles dependem da estrutura e do modo de funcionamento dela, isto é, a estrutura socioeconômica da sociedade seria a realidade básica. Além disso, Freud (FROMM, 1967:19) completa que “a maior parte do que é real não é consciente” e “essa realidade é a organização libidinal do indivíduo”.

A “arma da verdade” de Marx é a mesma de Freud: que o homem vive com as ilusões, porque as ilusões tornam suportável a miséria da vida real. Se o homem puder reconhecê-las pelo que são, ou seja, se puder despertar do estado de semi-sonho, então ele adquirirá consciência de sua força e capacidade, e modificará a realidade de modo a tornar desnecessárias as ilusões. A “falsa consciência”, ou seja, a imagem deformada da realidade enfraquece o homem. O contato com a realidade, o conhecimento de sua imagem verdadeira, torna-o mais forte. Por isso, Marx acreditava que sua arma mais importante era a verdade, a revelação da realidade que se oculta sob as ilusões e ideologias (FROMM, 1967:20).

Ambos os autores acreditam que a força da verdade libertaria o homem do “irracional” e o transformaria (FROMM, 1967:19-21). Marx pretendia libertá-lo da dependência, da alienação e da escravidão à economia, conquistando a mente do sujeito, transformando a sociedade e o indivíduo. Segundo Fromm (1967), a verdade possibilitaria as modificações sociais na estrutura complexa da sociedade, verificando as forças contraditórias, compreendendo o passado e prevendo o futuro.

Ao passo que, para Freud, na leitura de Fromm (1967), as modificações individuais ocorreriam quando o indivíduo percebesse o caráter fictício e a realidade por trás das próprias ideias conscientes. Fromm (1967:28) considerava que a estrutura mental humana era carregada de força e energia, sendo importante entender “a qualidade, intensidade e direção dessas forças, para compreender o passado e prever as alternativas do futuro”.

De acordo com Fromm (1967), a evolução psíquica humana acontece conforme o processo histórico e a relação entre o homem e a natureza. Já a patologia psíquica, segundo Marx, na visão de Fromm (1967:33-34), é manifestada pelo “homem deformado e alienado”, enquanto o homem ativo, produtivo e independente caracteriza a saúde psíquica.

Nesse sentido, para Fromm (1967), Freud conceitua a natureza humana como uma máquina, impulsionada pela energia sexual (a libido) relativamente constante, que provoca uma tensão penosa reduzida pela libertação (prazer). Ao reduzir a tensão, a libido se processa novamente em virtude da química corporal, incitando outra necessidade de redução (satisfação pelo prazer) e a energia sexual surge como a principal força motora (FROMM, 1967).

A esse dinamismo, que leva da tensão à redução e novamente à dor, Freud chamou de “princípio do prazer”. Constatou-o com o “princípio da realidade”, que diz ao homem o que procura e o que evitar no mundo real onde vive, para assegurar-lhe a sobrevivência. Esse princípio da realidade está frequentemente em conflito com o princípio do prazer, e certo equilíbrio entre os dois é a condição para a saúde mental. Por outro lado, se qualquer desses dois princípios se desequilibra, ocorrem em consequência manifestações neuróticas ou psicóticas. (FROMM, 1967:34)

Apesar de não ser “credor de cultura e civilização”, o homem primitivo “dá plena satisfação a todos os seus instintos, inclusive aos descabidos”, parte integrante da “sexualidade primitiva” (FROMM, 1967:35). Ele cria a civilização, que o obriga a se abster da “satisfação imediata e completa dos instintos”, frustrando-os e os transformando em energia mental e psíquica não sexual – a “sublimação”, para Freud (FROMM, 1967:35).

Depois, o homem se torna mais prudente, culto, ao mesmo tempo, “menos feliz do que o homem primitivo” (FROMM, 1967:36) e sujeito às neuroses em função da excessiva frustração dos sentidos, pois se descontenta com a civilização.

De um lado Marx, com a teoria materialista da história, afirma que a principal motivação humana é “o desejo de satisfação material, o desejo de usar e ter cada vez mais” (FROMM, 1967:40). De outro, Freud defende que o homem é motivado pela contradição entre o desejo sexual, a luta por sobrevivência e o domínio do ambiente, não se constituindo meramente por uma satisfação ou apetite sexual – visão reducionista da teoria freudiana.

A realidade é uma espécie de abandono. Abandono de si a uma empiria que aparece como pura exterioridade, como pura alteridade, na qual não reconhecemos o trabalho e o desejo implicados em sua construção, a construção da realidade. A realidade é, então, um fetiche tal como Marx o define em O Capital, no tópico “fetichismo

da mercadoria”. A realidade já se apresenta como alienação. A alienação que se derrama sobre os objetos como se fora a certeza da regularidade (...) que não dependia de nenhuma ação humana para se realizar (GÓES, 2012:15).

Desse modo, a sociedade do consumo se utiliza dessa abordagem dinâmica e dialética da realidade para produzir os desvios sociais, os comportamentos a serem aceitos ou não, e provocar o abandono de objetos vitais (básicos) ao adotar os estereótipos dos grupos sociais privilegiados, conforme visto no item anterior.

No entanto, devem-se distinguir os usos da noção de fetichismo da mercadoria – que pode ser utilizada na análise da arte e da cultura dos bens materiais e físicos, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985) – dos usos simbólicos. Coube à arte, naquele momento histórico, ressaltar a tarefa de “reconstruir, na imaginação e na subjetividade, uma totalização desalienante, diante da decomposição fragmentária do mundo objetual do trabalho” (BOLOGNESI, 1996:78).

Relacionando a Psicanálise ao Materialismo Histórico-dialético, Paulo Becker (*apud* GÓES, 2008) traz a estrutura binária do significante presente em Freud, Marx e Lacan. Segundo esses estudiosos, há dois pólos (mercadoria A e B) que permitem “a circulação de um elemento terceiro, um objeto a mais que se apresenta como o resíduo, a presença invisível de algo que é comum às duas” (GÓES, 2008:10).

Marx desmistifica a conjunção do valor de troca com o valor de uso para sugerir a estrutura real, na qual se dá “a circulação do valor dependente do trabalho” (GÓES, 2008:10). Isso também ocorre na Psicanálise quando algo funciona como valor de troca no inconsciente, pois o objeto mercadoria e o objeto sexual se fundem ao se identificarem com o valor de uso.

O mundo dos objetos coincide, historicamente, com o mundo das mercadorias. Marx vai definir a mercadoria como um objeto exterior (...) que satisfaça necessidades do estômago ou da fantasia. O objeto é o objeto de satisfação! Satisfação pulsional? Qual o valor de uso do objeto? Ou, dos objetos? (...) Cada resposta possível a essas perguntas aponta para um estatuto de realidade diferente (GÓES, 2012:18).

No discurso da psicanálise, dizer “isso é a realidade” equivale a dizer “isso é a fantasia que lhe localiza no tempo e no espaço” (GÓES, 2012:20).

A forma do laço social segue a forma do valor (GÓES, 2008). Os homens se ligam uns aos outros à medida que se sentem reconhecidos, vendo um traço, uma marca, uma inscrição de existência sua no outro. Esse laço social segue os ditames do fetichismo da mercadoria, segundo o qual o trabalho produz uma equivalência e fica oculto na “aparência de mercadoria, do objeto que aparece como autônomo” (GÓES, 2008:149), configurando-se em um mecanismo de alienação.

Assim, o feitiço, na perspectiva de Marx, conforme a análise de Góes (2008:150), revela a formação estrutural da forma mercadoria, ocultando o trabalho, recalcando-o, “como se o dinheiro, o equivalente, fosse o valor da mercadoria e não uma inscrição simbólica a partir da qual o corpo pode circular”, evocando uma imagem a exercer a função de preço na forma do valor. Não se trata somente do valor, mas sim do valor de troca, que implica a circulação para se concretizar.

Dessa forma, o intento do modo de produção capitalista como economia ou organização econômica é produzir um valor a mais. Reproduz-se a vida a fim de agregar valor à riqueza e ao capital existentes previamente, sem se preocupar com a qualidade nem com o valor de uso do que é criado no processo produtivo, mas somente com o valor agregado ao capital, o valor de troca, desconstruindo as referências simbólicas, étnicas e morais. Através da prática ideológica do capital, objetiva-se apenas um valor a mais na produção (GÓES, 2008). Tendo entendido essa dinâmica, é interessante pensar em formas alternativas e propositivas de lidar com tal situação na realidade colocada.

Considerações finais

Ao estudar as dificuldades de escolarização deve-se considerar a ideologia criada em torno dos processos educativos e adotar uma visão crítica perante as facetas articuladas pelo capital ao produzir as supostas necessidades de consumo e transformar o que era uma necessidade básica em mercadoria, alterando as relações sociais, visto que a articulação entre desejo, consumo e necessidade é feita pela ideologia dominante e veiculada em forma de medicalização dos fenômenos educacionais, o que representaria uma suposta solução para o fracasso escolar.

Perante tal questão, a perspectiva interdisciplinar contribuiu com o estudo do fracasso escolar na medida em que despatologiza o quadro por meio da interação entre diversas áreas do conhecimento com seus paradigmas, especificidades, linhas teóricas de pesquisa e de ação que complementam ou suplementam a construção de um saber crítico-reflexivo, o qual precisa permear os objetivos escolares, no sentido de romper com os limites das disciplinas e superar a fragmentação entre diversos tipos de conhecimento ao propor um diálogo entre tais áreas e as relacionar entre si para compreender a realidade.

O desafio na formação de profissionais capacitados perpassa pela compreensão da maneira como os sujeitos a serem atendidos se constituem na dinâmica entre influências internas e externas. Essas influências constroem possibilidades interventivas à medida que formam o ser humano integral e manifestam especificidades, preocupações, limitações e desejos de mudança do atual quadro clínico de fracasso. Ao transformar o sujeito, o contexto histórico, social e cultural também será alterado gradativamente, segundo Carvalho (2011), através da (re)construção do conhecimento.

De modo mais amplo, o estudo verificou o lugar das teorias e as explicações ideológicas que abrigam um profundo significado político na Psicologia e na Educação. A crítica filosófica das Ciências Humanas no século XX foi negligenciada para que sobressaísse uma suposta neutralidade científica e positivista que desqualifica “como não científicas teorias que vão além dos fatos e incluem as dimensões política e ética no entendimento da subjetividade” humana (PATTO, 2010:136).

Dessa forma, a Psicologia e a Educação funcionaram, historicamente, como instrumentos de dominação da consciência a serviço de um poderoso aparato ideológico de Estado somado aos aparelhos repressivos a naturalizarem um modo de vida que favorece genuinamente as classes dominantes. Evidenciou-se que a produção do conhecimento, a manutenção do *status quo* e as implicações decorrentes destas padronizações foram compreendidas quando se analisou crítica e dialeticamente o contexto no qual estão inseridos, para não estagnar no equívoco da coisificação da vida e do ser humano.

Ao considerar a Educação como um dos agentes mobilizadores de mudança da sociedade, é vital delinear propostas de trabalho que permitam, efetivamente, a

participação dos sujeitos nos diversos meios sociais de forma expressiva, assumindo uma postura autônoma e crítica do que lhes é ofertado socialmente.

Após compreender o conceito de ideologia, notou-se como o pensamento dominante privilegia e hegemoniza determinados saberes e comportamentos, diferenciando quem fracassa na escola e quem teria sucesso nela, favorecendo a reprodução social. De um lado, a tensão, a persuasão e a imposição estabelecem o domínio de uma classe sobre a outra, ou seja, os desejos e a legitimidade dos arranjos sociais; e de outro, a oposição, o conflito e a resistência caracterizam a luta pelos valores, significados e propósitos comuns no campo social.

A escola promove a ideologia dominante, institui o que é reconhecido como conhecimento válido pela sociedade e forma um tipo de sujeito que aprende em meio à instituições, como escola, família, religião e mídia, a ser o futuro trabalhador produtivo para a perpetuação do *status quo* e a consequente inserção no mercado de trabalho conforme os próprios méritos. Na contramão do que está posto, a investigação profunda desse estado de coisas possibilita entender esse fenômeno social como algo histórico e dialético, bem como favorecer a percepção, a compreensão da realidade e a consequente superação da ideologia imposta pela sociedade capitalista.

Em virtude do debate levantado, verificou-se que, como alvo frequente da sociedade de consumo, as relações humanas são alteradas em função do fascínio exercido pela mercadoria. Esta reflete os interesses do modo de produção capitalista em estabelecer o gosto a ser veiculado pelos meios de comunicação, criar os desejos e as pseudonecessidades para consumir mais produtos. A dependência desse sistema, insaciável e efêmero, desencadeia os sintomas, impele a busca por diagnósticos precoces e a medicalização das dificuldades de aprendizagem. Isso caracteriza o mal-estar contemporâneo.

Ao relacionar a Psicanálise e o Marxismo, o estudo expandiu o entendimento da produção das pseudonecessidades para um mundo globalizado, cuja relação entre cultura e mídia é tênue, conflituosa e repleta de intenções ocultas a se metamorfosearem em diversas formas a fim de conquistar a atenção humana e aguçar os desejos frequentemente inconscientes.

Portanto, se faz imprescindível compreender tal estrutura para que, ao pensar sobre a realidade em que vive, o homem não se aliene e seja capaz de transformá-la diariamente, lidando com a lógica do consumo de forma crítica e reflexiva, contestando os comportamentos e as ideologias impostos por ela, rompendo com o modelo de submissão ao mercado e não se rendendo ao fetichismo da mercadoria, mas sim reunindo as bases necessárias ao entendimento do capitalismo na sociedade contemporânea e para pensar o capital como um sintoma, ou seja, um disfarce a dificultar a descoberta do que está por trás da máscara.

Referências

ADORNO, T.W.. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). 2.ed. **Coleção Grandes Cientistas Culturais**, n.54. São Paulo: Ática, 1994.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M.. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, L.. **A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BOLOGNESI, M. F.. A mercadoria cultural. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 19, p. 75-86, Dec. 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731996000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31731996000100005>.

CARVALHO, B. M. P.; LIMA, E. de. Oficina de Música numa abordagem musicoterapêutica e a formação de professores: o multiplicar de saberes no compartilhar de experiências. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v.10, Jan./Dez. 2011. pp.180–187. Disponível em <http://www.revistadeeducacaopopular.proex.ufu.br>. Acesso em 05 dez. 2011.

COSTA, P. H. F.; GODOY, P. R. T. de. O Capitalismo Contemporâneo e as Mudanças no Mundo do Consumo. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica. **Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en la Ciencias Sociales, 1999-2008**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/330.htm>. Acesso em 25 abr. 2017.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M.R.. **Diversificar é preciso...: instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.

DOMINGUES, O.. **A hereditariedade em face da Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

FRELLER, C. C.. **Crianças portadoras de queixa escolar: um enfoque winnicotiano**. Dissertação de Mestrado, USP, Instituto de Psicologia, 1993.

FREUD, S.. **O futuro de uma ilusão**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.21. (Publicado originalmente em 1927).

FROMM, E.. **Meu encontro com Marx e Freud**. Tradução Waltensir Dutra. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

GEENEN, H.. **Temperamento e caracter sob o ponto de vista educativo**. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

GÓES, C.. **História e Psicanálise: a construção da realidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. **Psicanálise e capitalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

HAUG, W. F.. **Crítica da estética da mercadoria**. Tradução Erlon José Paschoal; Colaboração Jael Glauce da Fonseca. São Paulo: UNESP, 1997.

LEFRANÇOIS, G. R.. **Teorias da aprendizagem**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

LOPES, A. C.; MACEDO, E.. **Teorias de currículo**. São Paulo, Cortez: 2011.

LÖWY, M.. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne FelicieLéwy. 9.ed. rev. e ampl.. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, C. C.. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Filosofia da Educação**. 3.ed., 2.reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAES, E.. **Criminalidade da infância e da adolescência**. São Paulo: Francisco Alves, 1916.

MOURA, R. M.. **Sobre cultura e mídia**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2002.

SAFATLE, V.. **O fetichismo como dispositivo de crítica**. Publicado em mar. 2010. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/o-fetichismo-como-dispositivo-de-critica/>. Acesso em 30 dez. 2017.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à Sociologia da Educação**. 3.ed., 6.impressão. São Paulo: Ática, 2007.

PATTO, M. H. S.. Sobre a Formação das Explicações Hegemônicas do Fracasso Escolar: o lugar das teorias raciais. In: _____. **Exercícios de indignação: escritos de Educação e Psicologia**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. pp.121–139.

PIMENTEL, A.. Vygotsky: uma Abordagem Histórico-cultural da Educação Infantil. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. pp.219–248.

SÁNCHEZ, A.H.. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

SALGADO, M.. **Fetichismo** (Resumo do texto de Freud). Publicado em 27 set. 2011. Disponível em <https://manifestopsicanalitico.wordpress.com/2011/09/27/fetichismo-resumo-do-texto-do-freud/>. Acesso em 25 abr. 2017.

SANTOS, R. M. S. dos. Fetichismo: paradigma da perversão. Salvador: **O portal dos psicólogos**, 2007. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0224.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.

Data de envio: 16 de Setembro de 2017
Data de aceite: 30 de Novembro de 2017